



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 18 de junho de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,3% São Paulo	137.128	R\$ 5,496 (+0,2%)	11/junho: 5,537 12/junho: 5,542 13/junho: 5,541 16/junho: 5,486	R\$ 1.518	14,65%	14,79%	Janeiro/2025: 0,16 Fevereiro/2025: 1,31 Março/2025: 0,56 Abril/2025: 0,43 Maio/2025: 0,26
0,7% Nova York	12/6 13/6 16/6 17/6						

## PETRÓLEO

# ANP leiloa blocos na Foz do Amazonas

Certame teve baixa adesão e representa derrota para a Petrobras, que ficou para trás nos blocos da Margem Equatorial

» RAFAELA GONÇALVES

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizou, ontem, o quinto ciclo de Oferta Permanente de Concessão de 172 blocos exploratórios de petróleo. Foram ofertados 47 pontos localizados na bacia da Foz do Amazonas, entre o Amapá e Pará, e outros 63 blocos distribuídos ao longo da Margem Equatorial. A área cobre cerca de 283 mil km<sup>2</sup> em águas profundas e ultraprofundas.

O certame, em geral, teve uma baixa adesão do mercado, apenas 34 blocos foram arrematados do total, o equivalente a 20%. O bônus total arrecadado foi de R\$ 989,2 milhões, com nove empresas vencedoras. A Foz do Amazonas foi o principal foco do certame, com 19 pontos vendidos na região, o equivalente a 40% dos territórios oferecidos na bacia.

Os lotes foram comprados pela Petrobrás, ExxonMobil, Chevron Brasil e CNPC Brasil. A ANP correu contra o tempo para realizar o certame, que precisava acontecer antes desta quarta-feira, quando venciam várias manifestações dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME) autorizando a oferta de áreas.

Apelidado de “leilão do juízo final” por ambientalistas, estima-se que a exploração dos blocos arrematados na Foz do Amazonas possa gerar um bônus de assinatura de R\$ 844 milhões, além de movimentações econômicas superiores a R\$ 1 trilhão. As projeções para a bacia indicam um potencial de descoberta de até 10 bilhões de barris de petróleo, o que poderia gerar receitas significativas para as empresas vencedoras.

Ambientalistas dizem que as perfurações na região são vistas como um perigo iminente para a biodiversidade e as populações locais, uma vez que parte das áreas concedidas sobrepõe as chamadas Áreas Prioritárias para Conservação da Zona Costeira e Marinha.

A concessão é alvo de protestos no Brasil e no mundo, que questionam a abertura para exploração. Organizações climáticas criticam a possibilidade de danos irreversíveis aos ecossistemas marinhos sensíveis. Além disso, a própria viabilidade da exploração é incerta, com algumas análises indicando que a região pode não ser economicamente vantajosa, especialmente considerando os riscos ambientais e os custos de mitigação.

Realizada cinco meses antes da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, que será realizada em novembro em Belém (PA), a oferta é considerada contraditória e polêmica. Para Ricardo Fujii, especialista em conservação e líder de transição energética do WWF-Brasil, ao adquirir blocos na Foz do Amazonas, a Petrobras e outras petroleiras ignoram os alertas científicos, os riscos socioambientais e o próprio Acordo de Paris.

“Trata-se de uma aposta perigosa em ativos fósseis que só terão retorno se o mundo fracassar na luta contra o colapso climático. Estamos falando de uma das regiões mais sensíveis do planeta, onde vivem ecossistemas únicos, como o grande sistema recifal amazônico e mais de 80% dos manguezais do país — berços da pesca, da segurança alimentar e do sustento de milhares de famílias”, destacou Fujii.

Este não foi o primeiro leilão do governo Lula para cessão de áreas

Reprodução/Redes Sociais



Indígenas protestam no Rio contra leilão de blocos de petróleo em áreas de preservação, como a Margem Equatorial e Abrolhos

## Balanço

Leilão da ANP tem baixa adesão, marcado por interesse privado pela bacia da Foz do Amazonas

172 blocos leiloados

34 arrematados (20%)

9 empresas vencedoras:

Chevron, Karoon, ExxonMobil, Petrobras, Shell, Dilliantz, Equinor, CNPC e Petrogal

### DISTRIBUIÇÃO DOS BLOCOS POR BACIA

**Foz do Amazonas:** 19 dos 47 blocos ofertados (40%) foram arrematados, tornando-se o principal foco do leilão. A área concedida para exploração saltou de 5,7 mil km<sup>2</sup> para 21,9 mil km<sup>2</sup>, sendo a primeira oferta da União na região desde 2003.

**Santos:** 11 dos 54 blocos (20%) arrematados.

**Pelotas:** 3 dos 34 blocos (9%) arrematados.

**Parecis:** 1 dos 21 blocos (5%) arrematados.

**Potiguar:** Nenhum bloco foi arrematado.

### CONCENTRAÇÃO

■ A petrolífera norte-americana Chevron, em parceria com a estatal chinesa CNPC, arrematou 53,1% das áreas adquiridas na Foz do Amazonas;

■ A Petrobras participa, na condição de consorciada da Exxon, de 46,9% das áreas arrematadas;

■ Na prática, a Petrobras será operadora de apenas 18,8% das áreas arrematadas na região.



## Judicialização e suspensão de contratos

Além de lideranças indígenas, ambientalistas e cientistas, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas da Petrobras (Anapetro) e o Ministério Público Federal (MPF) chegaram a recorrer judicialmente contra a realização do leilão. O Instituto Internacional Arayara moveu, sozinho, cinco ações civis públicas, em cinco estados diferentes, embaixadas em estudos técnicos, que apontam “altos riscos socioambientais” em blocos ofertados na Foz do Amazonas, Fernando de Noronha, Mato Grosso e Rondônia.

A ação promovida pelo Grupo de Apoio ao Núcleo Povos da Floresta do Campo e das Águas (Gapovos), no âmbito do MPF no estado do Pará, alega, entre outros pontos, violação ao princípio da precaução ambiental e inexistência de estudo de impacto climático. De acordo com juristas, essa é a que tem mais chances de prosperar.

Para a especialista em direito administrativo Marcia Buccolo, sócia do escritório Edgard Leite Advogados Associados, os riscos decorrentes da judicialização dos blocos leiloados na Foz do Amazonas são “concretos e relevantes”. “As alegações de ilegalidade não se limitam a aspectos formais, mas atingem o cerne da legalidade ambiental, da proteção de comunidades tradicionais e do cumprimento dos compromissos climáticos internacionais”, disse a advogada, em referência ao Acordo de Paris.

Segundo ela, caso a ação do MPF prospere, há riscos de suspensão imediata dos contratos. “Trata-se de um caso paradigmático de conflito entre desenvolvimento energético e salvaguardas socioambientais.”

No caso das ações movidas pela FUP e a Anapetro, o objetivo era interromper o leilão, que foi concretizado. “Infelizmente, as ações, neste caso, eram para suspender o leilão. O leilão já ocorreu. Então, são ações que agora estão praticamente mortas ao nosso ver. Não conheço nenhum tipo de ação judicial que derrubou um leilão de petróleo depois dele realizado”, afirmou o coordenador-geral da FUP.

De acordo com as entidades, a Margem Equatorial deve ser considerada área estratégica e, portanto, o regime de exploração dos blocos localizados nesta região deveria ser o de partilha de produção e não o de concessão. De acordo com a Advogada Garcez, que representa os petroleiros no processo, há uma grave contradição institucional no leilão convocado pela ANP, enquanto a Petrobras segue impedida de iniciar atividades na região devido à ausência de licença ambiental.

“É inaceitável que, em nome do lucro de empresas privadas, se rasguem garantias constitucionais, tratados internacionais e a soberania sobre nossos recursos energéticos. Essa atuação da ANP não apenas desrespeita o marco legal brasileiro — ela compromete o futuro do país e o direito das próximas gerações a um ambiente equilibrado, seguro e justo”, argumentou a equipe jurídica em nota. (RG)

para perfuração na bacia do rio Amazonas. Um certame realizado em dezembro de 2023, ofertou 602 pontos de perfuração ao longo do país, dos quais 21 estavam localizados na região. Destes, nove foram arrematados. A Bacia Potiguar, localizada a 398 km de Fernando de Noronha, não teve nenhum dos blocos ofertados arrematados no leilão de ontem. Essa foi a terceira tentativa da ANP de conceder blocos na região, mas não houve propostas. A área também enfrenta polêmicas ambientais, o que pode explicar a falta de interesse das empresas, que optaram por áreas com maior potencial de descobertas, como a Foz do Amazonas, principal foco do leilão.

### Petrobras

Para o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (Ineep), o certame foi um “erro” e representa uma derrota para a Petrobras, tendo em consideração que o protagonismo foi dos consórcios liderados por empresas privadas, sobretudo nas áreas de maior potencial exploratório: Foz do Amazonas, Margem Equatorial, e na bacia de Santos. “Se a arrecadação de R\$ 989,2 milhões com bônus ofertados pode ser considerada um sucesso arrecadatório no curto prazo, o resultado do leilão é uma derrota para a soberania energética do país e para a indústria nacional, em especial a Petrobras”, destacou em nota.

Na bacia da Foz do Amazonas, a petrolífera norte-americana Chevron, em parceria com a chinesa CNPC, arrematou 53,1% das áreas adquiridas, enquanto a Petrobras participa, na condição de consorciada da Exxon, de 46,9% das áreas arrematadas. Na prática, mesmo

liderando os esforços para o licenciamento ambiental, a Petrobras será operadora de apenas 18,8% das áreas arrematadas na região.

“Isso representa um enfraquecimento da Petrobras nesse curto prazo e no longo prazo. Além disso, representa uma queda do bônus total arrecadado, que é baixo em comparação a outros leilões”, disse o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Baccelar, ao *Correio*.

Para Barcelar, a Foz do Amazonas deveria ter recebido uma declaração de área especial ou estratégica pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), diante de um contexto global marcado por conflitos geopolíticos globais e incertezas comerciais. “Essa riqueza gerada precisa ser gerida de acordo com os interesses do Brasil e não com os dos outros países”, comentou.



**Trata-se de uma aposta perigosa em ativos fósseis que só terão retorno se o mundo fracassar na luta contra o colapso climático. Estamos falando de uma das regiões mais sensíveis do planeta”**

**Ricardo Fujii, especialista em conservação do WWF-Brasil**